



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Matheus Cavalcante dos Santos

**Começo, meio e começo: memória, território e transformação de um
agroecólogo educador**

Recife, PE

2026

Matheus Cavalcante dos Santos

**Começo, meio e começo: memória, território e transformação de um
agroecólogo educador**

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em agroecologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Neves

Recife, PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S237c Santos, Matheus Cavalcante dos.
Começo, meio e começo: memória, território e transformação de um agroecólogo educador / Matheus Cavalcante dos Santos. – Recife, 2026.
50 f.; il.

Orientador(a): Ana Paula Neves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Memorial. 2. Ecologia agrícola. 3. Grupos étnicos . I. Neves, Ana Paula, orient. II. Título

CDD 630.2745

Matheus Cavalcante dos Santos

**Começo, meio e começo: memória, território e transformação de um
agroecólogo educador**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 11 de fevereiro de 2026

Profa. Dra. Ana Cláudia de Lima Silva
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profa. Dra. Ana Paula Neves
Orientadora

Profa. Dra. Maria Zênia Tavares
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Ywanoska Maria Santos da Gama
Universidade Federal Rural de Pernambuco

*Dedico esta obra ao meu saudoso pai, José Luís dos Santos (seu zé),
in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Sou grato aos meus pais, Neildes Souza Cavalcante e José Luís dos Santos, aos meus avós maternos, Neuza Souza Cavalcante e José Dantas Cavalcante, aos meus avós paternos, Maria Vicência da Conceição e Antônio, às minhas bisavós maternas, Josefa Maria de Jesus e Francisco, à minha bisavó paterna, dona Vicência, e a todas e todos que vieram antes de mim, aos quais tenho o privilégio de seguir as pisadas.

Sou grato aos amigos, irmãs e irmãos de alma que o BACEP me deu, e por todos os momentos alegres e difíceis partilhados nessa jornada. Sou grato ao coletivo docente do BACEP, que são os melhores que temos. Sou grato às agricultoras e agricultores do Sepé, meu território de vida, e aos territórios que me acolheram ao longo dessa trajetória acadêmica. Sou grato a todas as pessoas que me apoiaram, incentivaram, fortaleceram e acreditaram nesse sonho coletivo.

Sou grato à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGESTI) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e às políticas públicas de acesso e permanência de jovens como eu, que, se não fossem as políticas públicas de acesso e permanência, como a Lei de costas, a Residência Estudantil, o Restaurante Universitário (RU) e todos os programas de bolsas e auxílios estudantis destinados a estudantes de baixa renda, não conseguiriam ingressar e concluir a graduação.

Sou grato à agroecologia e a todas e todos que se propõem a construir, diariamente, por meio da partilha, do afeto e da escuta, um mundo melhor.

“Somos povos de trajetória, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo.”

Nêgo Bispo

RESUMO

Este trabalho em formato de Memorial busca articular a minha trajetória de vida com a formação acadêmica no curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP). Para tanto, utilizei a filosofia ancestral difundida por Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) de começo, meio e começo para nomear as seções que compõe o trabalho, pois ela ilustra a vida enquanto processos de ciclicidade, contrapondo-se a visão ocidental linear de tempo. Eu apresento no texto o processo de migração vivida pelos meus avós e país, meu território de vida, meu caminho trilhado na agroecologia, e as minhas experiências no BACEP. Faço uma reflexão dialógica entre os temas: Circuitos Curtos de Comercialização e Economia Solidária, e discorro sobre as Relações Étnico-Racial e como o questionamento acerca da denominação de minha racialidade me levou a buscar por mais histórias de minha genealogia, fazendo com que eu encontrasse no Nordeste as minhas raízes ancestrais. Por fim, que na realidade é um novo começo, eu trago a importância de todas essas referências para a minha formação humana e profissional, enquanto agroecólogo-educador, comprometido com as urgências ambientais e sociais contemporâneas.

Palavras-chave: memorial; agroecologia; relações étnico-racial.

RESUMEN

Este trabajo, en formato de memorial, busca articular mi trayectoria de vida con la formación académica en el curso de Bachillerato en Agroecología, Campesinado y Educación Popular (BACEP). Para ello, utilizo la filosofía ancestral difundida por Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), basada en la noción de comienzo, medio y fin, para nombrar las secciones que componen el trabajo, ya que esta perspectiva concibe la vida como un proceso de ciclicidad, en contraposición a la visión occidental lineal del tiempo. Presento en el texto los procesos migratorios vividos por mis abuelos y padres, mi territorio de vida, mi camino recorrido en la agroecología y mis experiencias en el BACEP. Desarrollo una reflexión dialógica sobre los circuitos cortos de comercialización y la economía solidaria, y abordo las relaciones étnico-raciales, destacando cómo el cuestionamiento en torno a la denominación de mi racialidad me condujo a la búsqueda de más historias de mi genealogía, posibilitando el reencuentro con mis raíces ancestrales en el Nordeste brasileño. Por último, comprendiendo la conclusión como un nuevo comienzo, expongo la importancia de todas estas referencias para mi formación humana y profesional como agroecólogo-educador, comprometido con las urgencias ambientales y sociales contemporáneas.

Palabras clave: memorial; agroecología; relaciones étnico-raciales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Meu pai, José Luís dos Santos, no primeiro ano de sua migração de Pernambuco para São Paulo (anos 70)	19
Figura 2 - Minha irmã Érica, sentada em cima do carro de camiseta branca, e eu, Matheus, no acampamento rural localizado na cidade de Serra Azul/SP, anos 2000.....	20
Figura 3 - Famílias do Assentamento Sepé Tiaraju, na cidade de Serra Azul/SP, anos 2000.....	21
Figura 4 - Eu, Matheus, durante implantação de Círculo de Bananeiras para a ciclagem de águas cinzas (pia e máquina de lavar), realizada no Sítio Creuza e Paulo Fulô, na cidade de Bonito/PE, em 2024.	33
Figura 5 - Fachada principal do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara, localizada na Aldeia Itapoã, no bairro de Olivença, Ilhéus/BA, 2025.	37
Figura 6 - Eu, Matheus, em atividade do ESO II, na sede da Associação dos Agrofloresteiros do Assentamento Sepé Tiaraju, em Serra Azul/SP, durante a separação dos alimentos que comporiam as cestas de produtos agroecológicos do Grupo de Consumo Agroecológico (GCA), no Assentamento Sepé Tiaraju, em Serra Azul/SP, em 2025.....	41
Figura 7 - Foto tirada no dia da Inauguração da Ecofeira da Rural, nas dependências da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife/PE, 2023.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEP – Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular
CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários
CCC – Circuitos Curtos de Comercialização
CEITA – Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara
CNES – Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária
CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura
ECOFEIRA – Feira Agroecológica, da Agricultura Familiar e Economia Solidária
ECOSOL – Economia Solidária
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAPET – Encontro Nacional dos Grupos PET
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPET – Encontro dos Grupos PET
ESO – Estágio Supervisionado Obrigatório
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GCA – Grupo de Consumo Agroecológico
IFSP – Instituto Federal de São Paulo
IES – Instituições de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCUBACOOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCP – Movimento Camponês Popular
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PET – Programa de Educação Tutorial
PICCS – Projetos Interdisciplinares de Construção do Conhecimento
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROUNI – Programa Universidade para Todos

RU – Restaurante Universitário

SAF – Sistema Agroflorestal Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SESAN - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária

SINAES – Sistema Nacional de Economia Solidária

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UPE – Universidade Estadual de Pernambuco

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

USP – Universidade de São Paulo

VU – Vivência Universidade

VRC – Vivência Realidade Campo

SUMÁRIO

1 COMEÇO	16
1.1 MEUS PAIS, MIGRANTES NORDESTINOS	17
1.2 MEU TERRITÓRIO DE VIDA: ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU.....	19
1.3 MEU CAMINHO ATÉ A AGROECOLOGIA	22
1.4 MEU CAMIHO ATÉ O BACEP	24
1.5 ENTRE-MEIO	25
2 MEIO	26
2.1 RIO DO TEMPO.....	26
2.1.1 Nascente: Eixos Temáticos do BACEP	27
2.1.2 Fluxo: Experiências Mais Marcantes	29
2.1.3 Meu Caminho em Novos Territórios ao Longo do Curso.....	30
2.1.3.1 Assentamento Chê Guevara	30
2.1.3.2 Comunidade Quilombola Castainho	30
2.1.3.3 Quintal Produtivo de Tia Rilda.....	31
2.1.3.4 Sítio Creuza e Paulo Fulô.....	32
2.1.4 Pet Conexões de Saberes, Comunidades Populares e Políticas Públicas	34
2.1.5 ESO II	35
2.2 TRANSBORDO: TEMAS DE INTERESSE	38
2.2.1 Circuitos Curtos de Comercialização e Economia Solidária.....	39
2.2.2 Relações Étnico-Racial	43
3 COMEÇO	46

1 COMEÇO

Para a elaboração deste memorial, utilizei uma abordagem qualitativa e reflexiva, articulando diferentes fontes de informação e registros pessoais. Foram utilizados textos e livros apresentados pelos docentes, caderno de anotações, relatórios das vivências realidade campo, além de meu acervo pessoal de fotografias e memórias de vida. Eu o organizei em seções que seguem a filosofia ancestral de Antônio Bispo dos Santos (1959-2023), mais comumente conhecido como Nêgo Bisco, que foi agricultor, líder quilombola, ativista, poeta, filósofo, professor, palestrante e escritor.

Um dos pensamentos centrais de Nêgo Bisco, dos quais utilizarei com bastante cuidado para o desenvolvimento de minha narrativa, é a ideia de *começo, meio e começo*, desenvolvida e defendida por ele em oposição ao pensamento colonial de linearidade. Segundo essa perspectiva, o conhecimento, a vida, as experiências, não terminam, elas se transformam, modificam, crescem, contornam em circularidade. Para ilustrar esse pensamento, Nêgo Bispo faz uso da *metáfora das gerações*, onde: a geração vó representa o começo; a geração mãe representa o meio; e a geração neta representa o começo novamente (SANTOS, 2023), de tal modo que existe um fluxo de continuidade, de transmissão geracional onde o tempo e a circularidade se desenrolam como espiral.

Para tanto, as seções que compõe essa obra foram estruturadas da seguinte forma: na primeira seção, intitulada “Começo”, são apresentados meus antecedentes familiares, o processo de migração de meus avós e pais, o meu território de vida, situando minha trajetória pessoal e identitária; a segunda seção, “Meio”, aborda meu percurso acadêmico no curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP), incluindo minhas experiências, aprendizagens e reflexões sobre Circuitos Curtos de Comercialização, Economia Solidária e Relações Étnico-Raciais; e por fim, que na realidade é um novo “Começo”, discorro sobre a importância dessas experiências e referências para a minha formação humana e profissional, consolidando o papel do memorial na articulação entre minha história de vida e minha atuação enquanto agroecólogo-educador.

Desse modo, espero que minha narrativa transcorra como o fluxo de um rio e desague abundantemente no seu coração e inunde todos os seus poros. Em alguns momentos possa ser que esse relato não apresente uma linearidade, do mesmo modo que os rios, o tempo e a vida.

1.1 MEUS PAIS, MIGRANTES NORDESTINOS

Durante muito tempo me perguntei quem eu era? Cresci atravessado por diferentes indagações em torno de minha trajetória familiar com diferentes percepções acerca da vida, da existência. Eu era meio dado aos devaneios e em determinada época até fui de escrever alguns poemas. Um dia, ao ver o modo como o vento agitava as copas das árvores, pensei ser o mesmo que uma carícia as folhas.

Eu nasci em uma família de doze irmãos (seis mulheres e seis homens) onde eu, o caçula entre os homens. Meus pais se separaram eu ainda era muito pequeno, deveria ter uns oito ou nove anos, não me recordo bem, mas, foi algo que me marcou profundamente. Mãe, uma mulher forte, guerreira, e linda, passou a cuidar sozinha dos filhos menores que eram, além de mim, mais quatro irmãs. Nessa época, eu lembro de minha mãe tendo que trabalhar como diarista, fazendo faxina para colocar comida na boca dos filhos. Residíamos na cidade de Praia Grande, Litoral de São Paulo (SP), cidade que nasci. Meu pai estava no acampamento rural, no interior de SP com três de meus irmãos, as/os demais filhos já eram casados, mas, eu penso que preciso voltar um pouquinho e me situar melhor na história.

Meu avô, José Dantas Cavalcante, nascido na cidade de Buerarema, Bahia, foi dado antes mesmo de completar um ano de nascido. Segundo ele, a mãe, Josefa Maria de Jesus, não podia criar nem ele, nem o irmão, por isso os deu. Ele cresceu sem conhecer a mãe e seu fraterno. A família que o criou lhe deu o sobrenome Dantas Cavalcante. Essa família tinha posses e condições, por isso apadrinhavam muitas crianças. Meu avô Zequinha, como é apelidado desde criança, conheceu a minha avó Neuza em Buerarema, pois, ela também é nascida e criada lá. Eles moravam em fazendas próximas e sempre se viam, e se apaixonaram. Depois de algum tempo se casaram e tiveram quatro filhos (duas mulheres e dois homens), na realidade tiveram mais, contudo e infelizmente morreram ainda pequenos. Diziam que muitas crianças

morriam naquela época por falta de acesso a saúde. Uma dessas filhas, e a primogênita, é a minha linda e querida mãe, Neildes. Meu avô trabalhava nos roçados e posteriormente como pedreiro. Não teve oportunidade de concluir os estudos, mas se profissionalizou como mestre de obras. Ele conta que a vida não era fácil nessa época. Seca e fome os obrigaram a se retirarem da Bahia para tentar condições melhores em São Paulo (a velha história dos migrantes nordestinos fugindo da seca). Minha mãe tinha 14 anos quando chegou em São Paulo, e depois em Praia Grande onde se estabeleceram.

Meu Pai, José Luís dos Santos, nasceu na cidade de Xexéu, zona da mata sul de Pernambuco. Sendo o mais novo de sete irmãos (dois homens e cinco mulheres), contava que seu pai, Antônio, faleceu quando ele tinha um ano de idade. Foi bem difícil para a sua mãe, Maria Vicência da Conceição, terminar de criar os sete filhos, todos ainda pequenos. Antes, eles moravam num sítio que Antônio tinha, mas na ocasião de sua morte, esse sítio foi vendido pelos seus irmãos, e sua mãe Maria passou a morar na cidade, em Xexéu. Não tendo condições de sustentar os filhos, ela deu cinco para parentes e familiares, ficando somente com meu pai e uma de suas irmãs. Desde muito novo, ele contava que sempre trabalhou e que a vida não era fácil em sua infância, não conseguiu estudar pois sua mãe não tinha dinheiro nem sequer para comprar um caderno. Trabalhou no corte da cana e como pedreiro, até que com a idade de dezenove anos migrou para São Paulo (figura 1) onde já moravam dois de seus irmãos, em busca de trabalho e condições melhores. Parece até que a história se repete, não é?

Figura 1: Meu pai, José Luís dos Santos, no primeiro ano de sua migração de Pernambuco para São Paulo (anos 70).



Fonte: Acervo do autor (2025)

Meus pais, dois migrantes nordestinos, fugindo da fome, da seca e do desemprego, se encontraram em São Paulo, e desse encontro e amor semearam doze filhos.

1.2 MEU TERRITÓRIO DE VIDA: ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

Quando eu tinha 12 anos, retornei ao assentamento para morar com meu pai e meus irmãos. Eu digo retornei porque já havia morado em acampamentos rurais quando meus pais ainda eram casados (figura 2).

Figura 2 – Minha irmã Érica, sentada em cima do carro de camiseta branca, e eu, Matheus, no acampamento rural localizado na cidade de Serra Azul/SP, anos 2000.



Fonte: Arquivo do autor (2025)

O Assentamento Sepé Tiaraju (irei chamá-lo ao longo do texto apenas por Sepé como é conhecido) localiza-se a 30 quilômetros da cidade de Ribeirão Preto, no interior Paulista. Por meio da articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram ocupadas em 1999 uma área de quase mil hectares, área esta que antes pertencia a antiga e falida Fazenda Santa Clara (figura 3).

Figura 3 – Famílias do Assentamento Sepé Tiaraju, na cidade de Serra Azul/SP, anos 2000.



Fonte: Acervo do Assentamento Sepé Tiaraju (2025)

No ano de 2005, estas terras foram compradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e cedida às 80 famílias que reivindicavam o território, criando assim o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em área de assentamento do Estado de São Paulo. Cada família recebeu 9.9 hectares, distribuídos em: área de cultivo e moradia; e área de cultivo coletiva. O Sepé é composto por quatro núcleos, sendo cada núcleo de 20 unidades familiares, os quais são: Chico Mendes, Paulo Freire, Zumbi dos Palmares e Dandara. Minha unidade familiar situa-se no núcleo Dandara.

Na época em que retornei ao Sepé, por mais que já havíamos recebido as homologações, tudo ainda era muito inicial e o território carecia de diversas políticas públicas como: saneamento básico; habitação; acesso a água e energia. Isso ainda não existia de forma satisfatória. Nossas moradias eram precarizadas, a água precisava ser buscada em uma mina distante, quem podia fazia de carroça, quem não de carriola (carrinho de mão). Também, inexistia energia elétrica e as estradas eram horríveis. Zero apoio do poder público municipal, inclusive as pessoas que moravam nas cidades circunvizinhas achincalhavam e ridicularizavam os “sem-terra”. Foi construído, depois de alguns anos, dois presídios municipais bem próximos ao Sepé. Esqueci de dizer que o Sepé se situa em uma rodovia, a cerca de doze quilômetros do município mais próximo, Serra Azul/SP.

Não havia escolas no Sepé por isso estudávamos na cidade de Serra Azul. Completei o fundamental e o ensino médio lá. Acordávamos às 5 da manhã, ainda escuro, para esperar o ônibus que levava os estudantes até a cidade. As vezes na chuva, outras no frio, e retornávamos para casa no início da tarde. Era difícil chegar na escola com roupas limpas e quase sempre ouvíamos dos colegas que éramos “sem-terra”. Durante um bom tempo eu não entendia o porque dessa distinção pejorativa, sendo que nós tínhamos terra, e muita, tanto que até as levávamos nas solas de nossos sapatos, e todas as vezes que levantávamos de nossas carteiras, aquela terra vermelha impingia-se no piso da sala.

Tínhamos uma égua por nome de Princesa, eu puxei água com ela muitas vezes, centenas até. Me recordo de serem tempos difíceis, e eu não romantizo o sofrimento, a dor, as faltas. Precisamos sim criticar politicamente essas estruturas de poder que oprime o nosso povo, e lutar para transformá-las. Tenho saudades de princesa. Foi assim, grande parte de minha adolescência e juventude, me desenvolvendo e crescendo no reino de Sepé, junto de Princesa.

Com os anos, foram chegando as infraestruturas: energia; acesso a água por meio de poços semiartesianos; créditos para a construção de casas (construídas em mutirões e de forma coletiva); créditos para os primeiros projetos de plantios, e a criação das primeiras associações, o que fortaleceu os meios de escoamento da produção.

Eu ainda não havia tido contato conceitual com a agroecologia, por mais que o contexto a qual estivesse inserido, dialogasse em grande medida com as dimensões agroecológicas. Logo abaixo relato o caminho percorrido por mim até a agroecologia.

1.3 MEU CAMINHO ATÉ A AGROECOLOGIA

Na idade de 18 anos, eu conciliava o último ano do ensino médio, com o trabalho na cidade. Meu pai nunca me incentivou a trabalhar na roça. Por mais que eu colaborasse em atividades de colheita e plantio, ele sempre me instruiu ao estudo e ao trabalho registrado. Ele dizia que eu tinha que trabalhar para comprar as minhas coisas, pois, o que ele conseguia com o roçado era prover o básico. Essa é a realidade de muitos jovens rurais que se veem forçados a se distanciarem de seus territórios

em busca de trabalho e subsistência, e, ao fazerem, acabam por se afastar de suas comunidades. O emprego era em um supermercado, desses grandões que quando chegam nos bairros acabam por engolir os mercadinhos e vendas locais. Eu acordava às 5 da manhã para ir à escola e precisava sair uma aula mais cedo para conseguir pegar o ônibus e ir direto para o trabalho, pois o supermercado era a cerca de 45 quilômetros, em Ribeirão Preto. Batia o ponto às 13:40 da tarde, até as 22:00 horas. Chegava em casa depois das 23:00 horas. Não consegui sustentar essa rotina exaustiva por muito tempo, quase sempre dormia em sala de tão cansado e devido as faltas, acabei por reprovar. No ano seguinte decidi sair do trabalho para terminar o ensino médio.

Terminado o ensino médio, consegui um emprego em outro supermercado, onde permaneci durante 3 anos. Meu pai estava envelhecendo e a vontade, tanto de passar mais tempo ao seu lado, quanto de plantar e ter meu próprio roçado, ia crescendo. Então, sai do emprego para me dedicar a esse querer intrínseco, não sem a relutância por parte de meu pai que ainda preferia que eu continuasse no emprego, mas, por fim, ele me ajudou a iniciar o meu primeiro roçado.

Parecia o início de uma nova trajetória onde eu poderia me conectar mais com o meu pai, com a terra, com o território, mas pouco tempo depois que sai do emprego, meu pai foi diagnosticado com câncer e faleceu. Foi bem difícil, na ocasião morávamos só ele e eu na unidade familiar e após a sua passagem eu permaneci na produção, participação comunitária, e nas atividades da associação e comercialização no Sítio. Inclusive, foi nessa época que compreendi o porque desse não incentivo por parte de meu pai, muitos são os desafios para o pequeno agricultor: baixos subsídios, pouca ajuda das entidades públicas, custos elevados na produção, e meios de escoamento débeis, escassos ou inacessíveis. Essas duas questões me atravessaram: custo produtivo verso escoamento e o acesso a mercados. Sobre essa questão de acesso a mercados, me debruçarei mais adiante.

Esse acontecimento foi uma das coisas que mais me marcaram e marcam até hoje, e só quem passou por situação similar saberá o que estou dizendo. Paro por um momento a narrativa pois não pude conter as lágrimas que me sobrevieram com essas reminiscências. Meu pai me ensinou muitas coisas, e eu levo muito dele.

Trabalhei os dois anos seguintes no roçado familiar. Meu pai não era um agroecólogo ou agroflorestor mas era um agricultor camponês, com raízes ligadas ao campo desde sua infância e sempre produziu de maneira consorciada (milho, feijão, macaxeira, jerimum, banana, limão e outros cultivares). Ele não fazia uso de insumos químicos e não utilizava irrigação, preferindo seguir o calendário das chuvas. Em determinadas épocas, tivemos criação de galinhas que viviam soltas e produziam muitos ovos. Também, e como forma de recuperar a capacidade fértil do solo, ele sempre deixava determinadas parcelas em pousio (essa prática ecológica consiste em deixar uma área sem cultivo por um determinado período, permitindo que o solo recupere a sua fertilidade, estrutura e nutrientes). Tudo o que conhecia sobre agricultura, até então, foi por meio de seus ensinamentos e de outros agricultores experimentadores do Sepé. Posteriormente, fui, eu mesmo, implementando outras técnicas a produção, visando uma maior diversidade.

Meus primeiros ensaios em relação a agroecologia aconteceram no próprio âmbito do Sepé, que é referência em produção agroecológica, e nas vivências que ocorrem por lá anualmente, onde participam pessoas de diferentes partes do Brasil, e, durante uma semana vivenciam o dia a dia na comunidade e em atividades práticas de manejo, produção, colheita e beneficiamento nos Sítios. Eu confesso que relutei por um tempo em participar desses encontros, primeiro por estar trabalhando na cidade em muitas dessas ocasiões, e segundo por achar que era um ambiente que não me cabia, mas aos poucos, fui me chegando, e gostando, e ficando, e querendo mais.

Esse primeiro movimento me levou a querer retornar aos estudos em instituições, o que ocorreu em 2021 com a minha entrada na primeira turma do curso técnico em agroecologia, cedido pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP), no Campus de Boituva. Esse momento registra um divisor de águas em minha trajetória, pois, a partir dele, ressurgiu em mim o desejo de ingressar no ensino superior, o que impulsiona a minha chegada ao BACEP, e isso eu relato logo a seguir.

1.4 MEU CAMIHO ATÉ O BACEP

O curso técnico em agroecologia do IFSP/Boituva foi construído por diversas organizações e movimentos sociais, como a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), e o MST, entre outras. Sou muito grato por esse momento, às professoras e colegas, foi desse apartir que conheci outras abrangências da agroecologia como a dimensão política, questões de gênero, comunidades tradicionais, racialidade, economia solidária, feminismo, e outros temas que me despertaram de forma muito significativa, e que ainda me provocam por irem além das questões ecológico-produtivas, e por criticarem de maneira muito equilibrada as estruturas sociais e de poder. Éramos um público diverso e de regiões distintas, mas todas do Estado de São Paulo. Encontrava-se indígenas da etnia Guarani, quilombolas, pessoas ligadas a movimentos sociais, como o MST, acampados e assentados da Reforma Agrária. O curso ocorreria em 5 encontros presenciais e atividades desenvolvidas nos territórios de vida dos estudantes. Boituva distava a quase 2 horas do Sepé, mas foi disponibilizado pela Instituição ajuda de custo para o deslocamento dos estudantes nos encontros presenciais.

Eu desconhcia em grande parte as formas de ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES), federais, mas já havia realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) muitas vezes, e durante algum tempo até cogitei estudar Letras, depois História, mas não conseguiria custear as mensalidades em Faculdades particulares, e nem atingia nota suficiente para uma vaga via Programa Universidade Para Todos (PROUNI), e todo esse despertar provocado no curso técnico me fizeram sonhar novamente com um curso superior. Comecei então a pesquisar sobre os cursos superiores em agroecologia que tinham no Brasil, e encontrei nas seguintes instituições: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Essa última, eu já conhecia, pois muitos de seus graduandos participavam das vivencias que ocorriam no Sepé. Contudo, era um curso muito tecnicista, e eu buscava algo mais próximo do que já vinha estudando no curso técnico. Então, ao pesquisar no site da UFRPE, me deparei com uma imagem bem bonita de uma agricultora com um pilão, e abaixo tinham informações sobre a estrutura, grade curricular, metodologia e público-alvo do curso

de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP), Campus Sede, em Recife. Me encantei e não tinha dúvida de que era esse o curso.

Realizei a inscrição e fui aprovado. Eu não conhecia nenhuma pessoa em Recife, até esse momento havia viajado bem pouco, e nunca para tão distante (seriam 2.500 quilômetros). Do mesmo modo, não possuía dinheiro para custear as passagens. Me passaram (e eu realmente não lembro quem) o contato da amiga de um amigo que morava em Recife e fazia mestrado na UFRPE, falei com ela por telefone e ela aceitou me receber na ocasião de minha chegada. Eu tinha um roçado de macaxeira, vendi para juntar dinheiro e realizei uma rifa solidária. Muitas pessoas me ajudaram e eu sou-lhes eternamente grato. Não caberiam nessas páginas a quantidade de pessoas que fortaleceram essa rede solidária de afeto e impulsionamento de sonhos. Em seguida, falei com minha irmã e meu irmão, que a época residia no Sítio, e eles me incentivaram. Recebi também as bençãos de mãe e chegada a hora, parti. Parti rumo a um sonho sonhado por muitos, com o coração apreensivo pela expectativa do novo, cheio de incertezas, mas firme no propósito de que valeria a pena, desde que meu coração estivesse inteiro. Isso foi em junho de 2022.

1.5 ENTRE-MEIO

Eu não me considerava uma pessoa introvertida, mas não era muito de fazer amigos ou de me abrir ao novo e nem ao desvendar dos sentimentos e afetos. Sim eu os tinha, mas de maneira bastante contida. Cheguei em Recife com uma identidade muito fragmentada e cheio de fragilidades – as fragilidades, ainda as tenho, outras – sem uma linha que me conectasse a história de meus antepassados. Durante o curso técnico iniciei, e isso provocado pelas aulas de uma querida professora, a questionar a designação de minha racialidade, ou seja, de como eu era lido socialmente. Pardo, é o que colocaram na minha Carteira de Identidade, mas o que é ser pardo afinal? Me sentia bastante incomodado em não saber. Eram poucas as informações que tinha, tanto das referências antecessoras paternas, quanto maternas, e esse movimento das águas que me trouxeram aqui, por mais que a época não estivesse evidente esse pulsar interior, desanuviou muitas questões de minha história familiar.

2 MEIO

“No meio do caminho tinha o Bacep
Tinha o Bacep no meio do caminho
Tinha o Bacep
No meio do caminho tinha o Bacep...”
(Adaptação de Andrade, 1930)

Carlos Drummond de Andrade é considerado um dos mais importantes poetas brasileiros. Nascido em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902 nos legou vasta obra literária marcada pela profunda reflexão sobre o indivíduo, a sociedade e o tempo. Drummond se ancestralizou em 1987 (ancestralizar é uma expressão ligada a espiritualidade afro-indígena sobre a vida e a morte, e indica que o processo de morte é a passagem para um outro mundo, o espiritual, onde, essa pessoa protege e cuida de seus descendentes terrestres). Em seu livro *Alguma Poesia*, publicada originalmente em 1928, e a posteriori em 1930, pela editora *Pindorama*, podemos nos deleitar com o poema *No Meio do Caminho* que, por mais que ao lê-lo, pode-se presumir que a pedra represente um obstáculo persistente, eu prefiro traduzi-la como uma experiência marcante no percurso do caminho da vida, e o BACEP representa isso de modo bastante substancial.

2.1 RIO DO TEMPO

Inspirada em Paulo Freire, e muito utilizada pelos movimentos sociais e coletivos ligados a Educação Popular, a ferramenta metodológica do Rio do Tempo é construída de maneira participativa e dialógica, com intuito de resgatar memórias destacando as principais experiências vividas. Essa metodologia parte da ideia de que a vida é um processo que flui em movimento semelhante a um rio, com sua nascente, fluxo e transbordo, e eu lhe convido a navegar comigo o percurso desse rio.

2.1.1 Nascente: Eixos Temáticos do BACEP

Considerando o limite de páginas que nos obriga a escolha de darmos enfoque a determinados assuntos, em detrimento de outros, não por considerarmos esses outros de menor importância, mas sim por aquilo que nos move no momento em que a escrita acontece, irei descrever de forma bastante discreta a estrutura curricular do curso, pelos eixos que compõe cada ano letivo, e posteriormente discorrerei sobre as experiências que mais me marcaram nesses 4 anos, e em seguida destacarei temas de maior interesse.

No primeiro eixo, que corresponde ao primeiro ano do curso, somos levados a conhecer o etnoagroecossistema, a partir das relações que se constrói entre a agroecologia, o campesinato e a Educação Popular. Estudamos em dois períodos os seguintes temas: *Abordagem Sistêmica da Vida; Construção do Conhecimento Agroecológico; Educação Popular; Campesinato; Solos; Movimentos Sociais; Racionalidade Camponesa; Modos de Apropriação da Natureza; Economias; Naturezas em Movimentos; Subjetividades; Educação em Agroecologia; Plantas e Relações Étnico-racial*. Foram muitos os aprendizados, onde fomos levados a refletir de maneira bastante crítica, e com uma abordagem pluridisciplinar, a realidade de nossos territórios, sejam eles de vida ou aqueles os quais adotamos para o desenvolvimento das atividades.

Em seguida, e pós a realização desse diagnóstico e das nuances identificadas nos territórios, somos incentivados, no segundo eixo do curso, a planejar e começar a implementar as ações fundamentais para a transformação do etnoagroecossistemas. Nesse sentido, os professores ministraram em sala os seguintes assuntos: *Agrobiodiversidade; Análise da Sustentabilidade; Sistemas Agroalimentares; Economia Solidária; Planejamento Participativo; Expressões Culturais do Campesinato; Processos Grupais; Manejo Animal; Produção Vegetal; Redesenho de Etnoagroecossistemas; Construção do Conhecimento Agroecológico; Feminismo; Alimentação e Sociedade; e Educação do Campo*. Todo esse mote de temas nos foi útil para construir com os sujeitos do território o planejamento das ações de forma participativa, de modo que integrasse a família em todo o processo.

Posteriormente, no eixo três, a qual se inserem o quinto e o sexto período, a ação nos territórios ocorre de forma mais iminente. Para isso, somos provocados com os temas: *Manejo de Etnoagroecossistema; Segurança e Soberania Alimentar;*

Processamento e Conservação da Produção Familiar; Processos Participativos de Melhoramento Genético de Plantas e Animais; Educação e Direitos Humanos; Extensão Rural Agroecológica; Usos Múltiplos da Floresta; Gestão da Água e Resíduos nos Territórios Camponeses e Libras. Eu destaco, de maneira muito particular que esse período foi bastante iluminado, não que os outros não houveram sido, mas no sentido de conseguirmos, enquanto discentes, aplicar grande parte das ferramentas metodológicas que possuíamos.

O último ano do curso, e que abarca o eixo quatro, envolve o sétimo e oitavo período e apresentam características peculiares, com aulas optativas, Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), que são dois e, além disso, damos início a escrita do Memorial. Somos conduzidos também a avaliar, analisar e sistematizar aquilo que foi vivido ao longo dos anos, sempre de forma crítica e participativa. Compreendem a esse tempo os temas: *Aplicação de Metodologias de Avaliação e Análise da Sustentabilidade; Sistematização de Experiências; Optativas; Seminários dos Projetos Interdisciplinares de Construção do Conhecimento (PICCS) e ESO I e II.*

Além disso, faltariam páginas para discorrer a importância de outros processos pedagógicos que são importantes na construção do conhecimento no BACEP, a saber: *Pedagogia de Alternância; Territórios; Grupos de Autogestão; Imersão; Culminância; Gestão Participativa; Vivência Realidade Campo (VRC) e Vivência Universidade (VU).* Somado a isso, em nossas avaliações é permitido o uso de diferentes linguagens artísticas (dança, música, teatro, poesia, literatura de cordel, entre outras). O uso do corpo é livre em toda a sua essência e performance. Um dia, penso que deveriam ser avaliados o quão rico é o uso desses métodos de ensino-aprendizagem, e certamente poderiam ser replicados a outros cursos, e nas escolas. Eu sou muito grato pelo BACEP ter me alcançado e agradeço ao coletivo de professoras e professores que o compõe.

2.1.2 Fluxo: Experiências Mais Marcantes

Eu retorno um pouco a lembrança, e rememoro a ocasião de meus primeiros meses em Recife. Quando as aulas começaram fui sendo acolhido pelos amigos que a vida me deu no curso. Passei por Garanhuns, Olinda e durante as aulas presenciais,

dormia no alojamento que a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com o BACEP, cedia, mas somente durante as vivências universidade, que compreendiam uma semana a cada mês. Foi um tempo de grande instabilidade, mas me mantive firme ao propósito e assim que abriram os editais de auxílio estudantil e residência universitária - o que ocorreu ainda no primeiro semestre do curso -, me inscrevi e consegui ter acesso a residência, e com ela, a gratuidade no Restaurante Universitário (RU), com direito a almoço e jantar durante a semana. Isso foi incrível, eu tinha agora uma moradia segura, alimentação e um auxílio financeiro de 506 reais (mês) para a compra dos alimentos e produtos de limpeza aos finais de semana e feriados. Sem isso, sendo estudante de baixa renda e sem outros recursos que me suprisse, seria impossível prosseguir com a graduação. Por isso, sou muito agradecido as políticas públicas de assistência estudantil, pois, por meio delas, muitos estudantes como eu, conseguem continuar os estudos e se formar.

2.1.3 Meu Caminho em Novos Territórios ao longo do Curso

Para o desenvolvimento das atividades, ao decorrer do curso fui acolhido por diferentes territórios: Assentamento Chê Guevara; Quilombo Castainho; Quintal Produtivo de Tia Rilda e Sítio Creuza e Paulo Fulô. Esse acontecimento de descontinuidade em um único etnoagroecossistema se deu por diferentes motivos, e o principal deles foi a distância. O Assentamento localiza-se na cidade de Moreno, Região Metropolitana de Recife, Castainho em Garanhuns, Sítio Creuza e Paulo Fulô em Bonito, ambos região agreste pernambucano. O quintal produtivo de Tia Rilda, por situar-se no bairro de Areias, em Recife, foi o etnoagroecossistema mais próximo geograficamente.

2.1.3.1 Assentamento Chê Guevara

Em 1988, cerca de 120 famílias realizaram as primeiras ocupações em áreas pertencentes a Usina Bulhões, e a conquista definitiva ocorreu somente em 2017 (Brasil de Fato, 2017). Considerando a degradação anterior promovida pelo plantio massivo de cana-de-açúcar, que resultou na perda da vegetação original, levando a

compactação do solo e a contaminação das nascentes, desde sua implantação os assentados assumiram o compromisso com a transição agroecológica, e posteriormente por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), com o objetivo de recuperar a agrobiodiversidade local.

Esse território foi adotado no primeiro ano de graduação, e estudar inicialmente esse espaço foi, de certo modo, bastante familiar, por se tratar de um assentamento. Contudo, observa-se que cada localidade apresenta aspectos únicos e peculiares.

2.1.3.2 Comunidade Quilombola do Castainho

Situada no Agreste Meridional de Pernambuco, Castainho se destaca como um dos quilombos mais antigos do Estado. De acordo com a oralidade de seus habitantes, o quilombo teria sido formado no século XVI por escravizados remanescentes do quilombo de Palmares. Sendo habitado atualmente por mais de duzentas famílias. A comunidade preserva um modelo de cultivo bastante tradicional, com respeito a terra e priorizando culturas de subsistência. Entre os principais cultivos encontram-se: hortaliças, frutas, milho, feijões e a mandioca que é beneficiada na Casa de Farinha local. Em 2020, Castainho recebeu do Governo Estadual o primeiro título coletivo de Território Quilombola regularizado em Pernambuco (CPT, 2020).

Nas ocasiões em que lá estive, ainda no primeiro ano do curso, pude conhecer algumas experiências, as quais destaco o Grupo de Mulheres Guerreiras Quilombola e a Agrofeira. O Grupo de Mulheres foi criado em 2015 como iniciativa de fortalecer o protagonismo feminino e proporcionar um maior empoderamento as mulheres por meio de organização coletiva, e visava também o acesso a comercialização e a editais de chamamento público. A Agrofeira transcorre todas as quartas no Parque Euclides Dourado, em Garanhuns, e tem a participação de agricultoras e agricultores de municípios vizinhos e que semanalmente ofertam alimentos *in natura* e beneficiados provenientes da agricultura familiar e de base agroecológica.

Destaco aqui o acolhimento fraterno que recebi de Jucelino Mendes e sua família, em especial a saudosa dona Maria (*in memoriam*).

2.1.3.3 Quintal Produtivo de Tia Rilda

Rilda, carinhosamente chamada de Tia, devido seus longos anos dedicados à docência, atualmente se encontra aposentada e cultiva em seu quintal uma variedade de plantas (frutíferas e floríferas). Foi lá que desenvolvi algumas atividades de mapeamento e catalogação das plantas de seu quintal, isso no segundo ano letivo. Essa foi uma experiência que se diferenciou das outras por se tratar de uma área urbana, a qual ainda não havia tido contato, e essa prática provocou alguns questionamentos como: é possível se fazer agricultura nas cidades?

Comumente relacionamos agricultura sendo realizadas em áreas rurais, contudo nota-se a urgência de produzir alimentos também nos espaços urbanos como forma de mitigação da insegurança alimentar e nutricional.

De acordo a Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se refere ao direito de todas as pessoas terem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade nutricional e quantidade suficiente para a manutenção saudável da vida, sem que isso comprometa outras necessidades essenciais (saúde, educação, moradia, emprego, renda, lazer, cultura, entre outras). Isso deve ser feito tendo como base práticas sustentáveis, que respeitem a diversidade cultural e o meio ambiente.

2.1.3.4 Sítio Creuza e Paulo Fulô

Essa unidade familiar composta pelo casal Fábria e Claudio, e sua filha Vitória, é referência em transição e produção agroecológica para todo o Estado de Pernambuco. O modelo de produção praticado pela família Abelha - assim me refiro a eles pela paixão que demonstram por esses seres da natureza: as abelhas, sendo este também o sobrenome pelo qual Cláudio é conhecido - priorizam o policultivo, ou seja, a integração de diferentes espécies vegetais e animais, com destaque central às abelhas melíponas (nativas). Além da produção de mel e seus derivados, tais como própolis, pólen e cera, a família beneficia uma variedade de produtos em seu sítio como licores, pimentas, polpas, entre outros, e se destacam também pelo cultivo de

plantas medicinais, hortaliças, frutas, e a preservação das sementes crioulas, que confere a eles a autonomia genética em sua propriedade.

Foi lá que desenvolvi com eles, durante o terceiro e quarto ano de curso, a implantação de um Sistema Agroflorestal Familiar (SAF) e realizamos atividades de planejamento e manejo produtivo (figura 4).

Figura 4 – Eu, Matheus, durante implantação de Círculo de Bananeiras para a ciclagem de águas cinzas (pia e máquina de lavar), realizada no Sítio Creuza e Paulo Fulô, na cidade de Bonito/PE, em 2024.



Fonte: Arquivo do autor (2024)

A Família Abelha também é associada a Associação Vida Agroecológica e tem como principais meios de escoamento de sua produção o Mercado da Vida, localizado no município de Bonito/PE, e a Feira Agroecológica, da Agricultura Familiar e Economia Solidária (ECOFEIRA), situada nos espaços da UFRPE, na cidade de Recife/PE.

Eu soube recentemente que a filha do casal, Vitória, ingressou no curso de Jornalismo na Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), Campus de Caruaru. Fiquei verdadeiramente exultante com a notícia, pois, acredito que esses espaços são nossos também, juventude rural.

Ter percorrido esses diferentes territórios me proporcionou uma visão mais ampla sobre a aplicabilidade da agroecologia em diferentes contextos: assentamento rural, comunidade quilombola, agricultura urbana e agricultura de base familiar e agroecológica, e me conferiu a oportunidade de viver e partilhar no corpo distintos lugares, paisagens e pessoas, fazendo com que me tornasse mais resiliente frente aos desafios.

2.1.4 PET Conexões de Saberes, Comunidades Populares e Políticas Públicas

Criado em 1979, a princípio com o nome Programa Especial de Treinamento, em 1999, após ser transferido para o Ministério da Educação (MEC), o Programa tem seu nome modificado para Programa de Educação Tutorial (PET). O PET afirma seu compromisso com uma educação mais integradora, pois, alicerçasse na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defendendo uma universidade *além muros*, que dialoga com as urgências sociais, por isso o incentivo aos seus integrantes no desenvolvimento de projetos que criem pontes entre universidade e sociedade.

O PET Conexões de Saberes se distingue pelo fato de, enquanto o modelo mais tradicional preza por discentes de um único curso, o Conexões contempla a inserção de estudantes de diferentes áreas da graduação. Essa característica possibilita uma interdisciplinaridade dialógica, uma vez que reuni estudantes de múltiplos campos do conhecimento. O PET Políticas Públicas engloba essa modalidade, e na ocasião de minha inserção (2023) éramos ingressos dos cursos de Letras, Química, Física, Computação, Ciências Sociais, Ciências do Consumo e Agroecologia. Isso ocorreu no segundo ano de graduação e foi um momento incrível,

não só pelo fato de adentrar enquanto bolsista, mas também pela importância que o Programa representa a seus ingressos.

O Programa se estrutura em grupos de 18 estudantes de graduação (12 bolsistas e 6 não bolsistas), que recebem a tutoria de um professor que media as ações do grupo, sempre prezando a autogestão e a participação coletiva. A seleção ocorre por meio de edital e seguem critérios de pontuação que observam a renda, período em que se encontra o discente na graduação e desempenho acadêmico. Também é requisitado aos participantes a escrita de uma carta de intenção e participação em entrevista individual.

O PET Políticas Públicas é subsidiado nas dependências da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) da UFRPE, que tem a sua atuação com empreendimentos solidários desde 1999, auxiliando no fortalecimento desses empreendimentos, oferecendo a eles apoio técnico, formações, acompanhamentos, acesso a editais e execução de projetos, tendo como base a economia solidária e autogestão. O PET Políticas Públicas desde sua realocação aos espaços da INCUBACOOOP, age em conjunto para a implantação de propostas que objetivam o fortalecimento dos empreendimentos solidários, associados a duas grandes áreas: Resíduos Sólidos e Agroecologia.

Para que os nossos esforços fossem mais coordenados, o grupo se distribuiu entre as áreas propostas e passei a me dedicar com maior enfoque as ações relacionadas a agroecologia.

Entre as diferentes experimentações provadas nesse tempo, saliento as seguintes: formações; visitas aos territórios; cine debate; projeto vivências; rodas de diálogo; construção da Feira Agroecológica, da Agricultura Familiar e Economia Solidária (ECOFEIRA); Grupo de Consumo; Participação no Encontro dos Grupos PET/UFRPE (EPET); Monitoria no Encontro Nacional dos Grupos PET/UFRPE (ENAPET); e Apresentação de trabalho sobre a ECOFEIRA no I Congresso Internacional Sobre Mudanças Climáticas. Outras atividades foram realizadas no âmbito do grupo, as quais destaco a riqueza que foi vivenciar tudo isso. Certamente teria uma formação muito mais esguia se não fossem essas experimentações sentidas e compartilhadas. Gratidão aos meus tutores e colegas.

2.1.5 ESO II

Em 2001 a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) reconheceu oficialmente os Tupinambá de Olivença como Povo Indígena e deu início ao processo de demarcação do seu território tradicional. Em 2009 o Território Indígena Tupinambá de Olivença (TI Tupinambá), localizada nas cidades de Ilhéus, Buerarema e Una, Bahia, que totaliza 47 mil hectares (uma fração de seu território original) foi delimitada, e somente em dezembro de 2025, eles obtiveram, por decisão judicial, o direito de posse e usufruto assegurados. Por localizarem-se em área de abrangência litorânea, a TI Tupinambá, torna-se alvo de disputas constantes contra a especulação imobiliária e a construção de grandes *Hotéis Resorts* e empreendimentos à beira-mar, construídos unicamente para satisfazer os caprichos de uma classe multimilionária que não se importam com o meio ambiente, a destruição da fauna e flora, com a perda da biodiversidade local, e nem com seus habitantes originários. Foi nesse território, e acolhido por esse povo, que realizei o meu Estágio Supervisionado Obrigatório II (ESO II) em novembro de 2025.

Dentre as experiências vivenciadas na TI Tupinambá, destaco a participação no VII Acampamento Terra Livre dos Povos Indígenas da Bahia (ATL Bahia); e o acompanhamento das atividades pedagógicas no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (CEITA), situado na Aldeia Itapoã em Olivença, Ilhéus/BA.

O VII ATL Bahia foi realizado em Salvador/BA entre os dias 2 e 6 de novembro de 2025 e contou com a participação de mais de 30 etnias de todo o Estado da Bahia, reunidas sob o tema “Clima e Território: duas lutas, um direito”. O acampamento propiciou um espaço de debate político e social que abordou a relação intrínseca entre a proteção dos territórios indígenas na mitigação das mudanças climáticas. Temas como a demarcação de terras indígenas, o acesso a políticas públicas, saúde, educação, soberania alimentar e a proteção e segurança das comunidades e suas lideranças foram centrais nos debates e discussões.

O evento foi marcado pela oferta de serviços públicos diretos (realizados no local) como atendimento jurídico, apoio para a emissão de documentos civis, vacinação e atendimento odontológico. Somado a isso, foi organizado a Feira de Artesanato da Bahia - Edição ATL, onde ocorreu a exposição de produção tradicional

de artesanato feitos em madeira, cerâmica, fibras e outros materiais que expressam a riqueza e a diversidade cultural indígena. Em sua programação, e com vistas em proporcionar uma maior inclusão, houveram plenárias dedicadas a juventude, diversidade de gênero e mulheres. Durante o evento foram destacados a necessidade do fortalecimento de políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, segurança e soberania alimentar, e promoção de direitos sociais para os povos originários. Foi uma riqueza imensurável viver o VII ATL Bahia, e me deparar com toda essa pluralidade étnica, isso referente a um único Estado Brasileiro, e perceber o brutal etnocídio sofrido por eles, e que mesmo assim a uma força, resiliência e resistência conectadas profundamente a espiritualidade e ancestralidade vivida em seus corpos.

O CEITA nasceu a partir de um projeto de organização da educação escolar indígena na TI Tupinambá de Olivença, articulado pelos esforços da própria comunidade na luta por uma educação contextualizada e que contemplasse a ciência ancestral originária. Antes da sua criação, a educação Tupinambá era oferecida por outras unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, que atendiam múltiplos núcleos distribuídos no território. Contudo, a demanda por escolas mais próximas as aldeias, levaram ao desmembramento desses núcleos de suas unidades. Nesse contexto, o antigo núcleo escolar situado na Aldeia Itapoã foi emancipado em 17 de novembro de 2017, passando a funcionar oficialmente como Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (figura 5).

Figura 5 – Fachada principal do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara, localizada na Aldeia Itapoã, no bairro de Olivença, Ilhéus/BA, 2025.



Fonte: Arquivo do autor (2025)

Uma das diferenças fundamentais do CEITA se encontra em sua proposta curricular que integra saberes tradicionais ao currículo nacional, com aulas de pintura corporal, jogos e línguas indígenas. As demais disciplinas são adaptadas a geografia e contexto do território, promovendo assim uma educação intercultural e diferenciada. O Colégio atende diferentes etapas de ensino da educação básica, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de priorizar a inserção de professoras indígenas em seu corpo docente, muitas das quais pertencentes ao próprio território.

Viver esses dias na TI Tupinambá e ser tão familiarmente recebido por eles, enche o meu coração de alegria, afeto e saudades. Eu pude acompanhar, durante esse tempo, as aulas, em diferentes turmas, até me apeguei afetivamente às crianças. Pude com isso notar a importância do direito a uma educação que valorize os saberes e a ciência dos povos, comprometida com o contexto histórico, social e de vida nos quais se inserem.

Muitas outras experiências marcaram esses 4 anos de graduação e vivência no Nordeste, os quais tive o deleite em participar: *Feria de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco*; *Assembleia do Povo Xucuru*; *Feira de Troca de Sementes do Movimento Camponês Popular (MCP)*; *Jornada Agroecológica da Teia dos Povos*; *Acampamento Terra Livre*; *Encontro de Jovens e Anciões*, *Jogos*

indígenas Estudantis e Caminhada em memória dos Mártires do Rio Cururupe do Povo Tupinambá de Olivença; Jornada universitária em Defesa da Reforma Agrária; e muitos outros seminários, encontros, festejos e celebrações que me faltariam páginas para descrever-las mas, estarão para sempre registradas nos anais epidérmicos.

2.2 TRANSBORDO: TEMAS DE INTERESSE

Rios sempre transbordam. Isso ocorre, em grande medida, pelo fato do prolongamento das chuvas aumentarem o volume de água nos rios, sendo um fenômeno bastante natural. E o que acontece quando os rios transbordam na natureza? O rio sobe e ocupa áreas ao redor, chamadas de planícies de inundação, fazendo com que a água se espalhe lentamente pelo solo, parte infiltra na terra, parte evapora, sedimentos e nutrientes são depositados no solo, potencializando a sua fertilidade. Diferentemente das enchentes que acontecem nas cidades, por ocasião da retificação dos rios, ocupação indevida de suas margens, desmatamento da mata ciliar e asfaltamento das ruas. Somado a isso, o fenômeno da urbanização despeja centenas e milhares de dejetos nos leitos dos rios, causando um verdadeiro riocídio.

Seguindo o curso dos rios meandantes, sinuosos e entrelaçados, chegamos ao transbordo natural desse caminho, onde compartilho o desenvolvimento dos temas que julgo se conectarem com bastante fluência as experiências de vida, os aprendizados, as atividades desenvolvidas ao longo do curso, e na construção identitária do eu, enquanto ser, agroecólogo-educador.

2.2.1 Circuitos Curtos de Comercialização e Economia Solidária

Em minhas vivências no Sepé, e posteriormente responsável pela unidade familiar, me deparei com as implicações referentes aos altos custos da produção (gastos com trator, mão de obra, entre outros), e a falta de mercados, ou de escoamento produtivo. Posteriormente, pude experimentar no PET Políticas Públicas a colaboração na construção da Ecofeira, e ao aprofundamento dos estudos no acesso

a mercados agroecológicos. Por esse motivo a escolha das temáticas de Circuitos Curtos de Comercialização e Economia Solidária.

Entende-se por Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) mercados de acesso mais justo para o escoamento da produção de base familiar e agroecológica. Esses circuitos são caracterizados pela proximidade entre produtor e consumidor. Desse modo, as relações humanas são fortalecidas, e o consumidor tem a oportunidade de identificar o contexto socioambiental em que se insere o alimento, conferindo a ele um sentido político, tornando quem consome mais consciente (SCHNEIDER, 2016).

A importância dos circuitos curtos também se expressa na sua capacidade de promover o desenvolvimento rural sustentável a partir da dinamização das economias locais, contribuindo na retenção de renda nos territórios, fortalecendo as redes solidárias locais e estimulando formas de organização coletiva (SCHNEIDER, 2016).

Dentre os exemplos institucionais de CCC, temos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA é uma política pública criada em 2003, com o objetivo de apoiar a agricultura familiar por meio da compra direta de alimentos. Posteriormente, esses alimentos são doados a escolas, creches, hospitais e entidades sociais, promovendo assim o apoio à agricultura familiar e garantindo o acesso a alimentos de qualidade nutricional as populações vulnerabilizadas. Criado em 1955 com o nome Merenda Escolar, e reformulado em 2009 com a lei 11.947/2009, o PNAE estabelece a obrigatoriedade de que 30% dos recursos destinados a alimentação escolar, devem ser adquiridos da agricultura familiar, possibilitando uma alimentação saudável aos estudantes, ao mesmo tempo em que fortalece os agricultores familiares.

Dentre outras formas de CCC, enquanto iniciativas de organizações coletivas, se destacam a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), as Feiras agroecológicas e os Grupos de consumo. A CSA é um modelo de organização em que consumidores e agricultores compartilham a responsabilidade pela produção de alimentos, tornando os consumidores coprodutores. Os coprodutores contribuem financeiramente, e de forma antecipada, e recebem cestas de alimentos de produtos sazonais, ou seja, de acordo a época de cada cultura. Isso garante renda ao produtor

e alimentos saudáveis aos coprodutores, estabelecendo relação de confiança, respeito e valorização do trabalho.

As feiras agroecológicas são espaços de comercialização direta onde agricultores familiares e de base agroecológica, oferecem alimentos saudáveis ao consumidor final, criando laços de proximidade e conscientização política no consumo, pois, confere a oportunidade de se conhecer a origem do alimento, a partir dos produtores.

O grupo de consumo se soma a todas as estratégias anteriores, no intuito de promover a compra direta dos alimentos de seus produtores (de forma individual ou coletiva). Essa peculiaridade requer a solicitação da lista de produtos disponíveis ao agricultor que, separa e organiza o pedido para a realização da entrega. Esse modelo de consumo organizado tem sido bastante valorizado pelos agricultores e consumidores, pois o agricultor tem a condição de planejar a sua produção de acordo a demanda existente, diminuindo assim as perdas, e o consumidor tem a possibilidade de receber em sua casa alimentos saudáveis (caso não haja feiras agroecológicas por perto). Enquanto os CCC correspondem a uma dimensão funcional do mercado, a Economia Solidária (ECOSOL) representa um projeto mais amplo de transformação das relações econômicas e sociais.

A ECOSOL constitui-se como um modelo de gestão coletiva da produção, distribuição e consumo, cujos fundamentos se antagonizam a lógica de acúmulo e exploração capitalista. Esse modelo preconiza a autogestão como estratégia de ruptura da ideia de hierarquização do trabalho, construindo relações mais horizontalizadas.

Nessa perspectiva, a autogestão permite que os trabalhadores estejam diretamente envolvidos em todo o processo produtivo, tornando o ambiente de trabalho um espaço real no exercício da democracia (SINGER, 2002). Representam conquistas bastante significativas para a ECOSOL a criação em 2003 da Secretária Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), em 2024 a promulgação da Lei Paul Singer, de número 15.068/2024, e a instituição de ferramentas como o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), e o Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários (CADSOL). Somado a isso, o Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES), e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária

(FBES), constituem mecanismos de controle e participação da sociedade civil. Bancos comunitários, cozinhas solidárias, cooperativas e associações, são algumas manifestações de que empreendimento solidários, autogestionados, representam um caminho para uma outra economia possível: a dos afetos.

Compartilho a seguir duas experiências de CCC e ECOSOL que tive o prazer de ser um colaborador. Meu ESO I foi realizado no mês de julho (2024), na Associação dos Agricultores Agrofloresteiros do Assentamento Sepé Tiaraju. Foi uma alegria enorme retornar ao meu território de vida, agora enquanto estagiário. Entre as atividades desenvolvidas, pude acompanhar a dinâmica logística do Grupo de Consumo Agroecológico Sepé Tiaraju (GCA), contribuindo na separação e entrega dos pedidos (figura 6).

Figura 6 – Eu, Matheus, em atividade do ESO II, na sede da Associação dos Agrofloresteiros do Assentamento Sepé Tiaraju, em Serra Azul/SP, durante a separação dos alimentos que comporiam as cestas de produtos agroecológicos do Grupo de Consumo Agroecológico (GCA), no Assentamento Sepé Tiaraju, em Serra Azul/SP, em 2025.



Fonte: Arquivo do autor, (2025)

O GCA Sepé é um meio de comercialização e consumo coletivo e colaborativo de alimentos agroecológicos, oriundos dos agricultores agroecológicos do Sepé. Essa iniciativa teve início em 2019, a partir da demanda dos próprios produtores ao identificarem a necessidade de acesso a outros mercados, com menos intermediários. Somaram-se a essa construção, estudantes da Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão Preto, pesquisadores e estagiários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Atualmente o GCA conta com dois pontos de distribuição das cestas (com entregas regulares semanais), um na cidade de Serrana/SP e outro nas dependências da USP Ribeirão Preto/SP. O GCA confere aos agricultores melhoria na renda, permitindo a eles acompanharem toda a teia agroalimentar (da produção ao consumidor final), potencializando a autonomia no campo. Propicia também aos consumidores colaboradores, uma alimentação mais saudável, produzida com respeito a natureza, deixando evidente que comer também é politizar-se.

Outra vivência bastante significativa foi contribuir na construção da Feira Agroecológica, da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Rural (ECOFEIRA). A Ecofeira da Rural foi inaugurada no dia 7 de novembro de 2023 (figura 7), no campus Sede da UFRPE, em Recife, e sua formação contou com a articulação conjunta do PET Políticas Públicas, INCUBACOOOP, movimentos sociais, grupos e coletivos solidários, Associação de Moradores do Bairro de Dois Irmãos, professores e técnicos da UFRPE.

Figura 7 – Foto tirada no dia da Inauguração da Ecofeira da Rural, nas dependências da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife/PE, 2023.



Fonte: Instagram, @ecofeiradarural (2023)

A Ecofeira conta atualmente com 7 grupos (entre coletivos e associações), advindos de Recife, Região Metropolitana, Zona da Mata e Agreste, que toda semana (às terças), ofertam alimentos (processados e *in natura*) e artesanatos a comunidade universitária e bairros circunvizinhos. Pensada para ser um espaço agroecológico, a Ecofeira proporciona além da comercialização, um ambiente político, social, cultural, de produção e partilha de conhecimento, onde as relações humanas se convergem. Para isso, em sua programação são promovidas rodas de diálogo, manifestações artísticas, culturais e musicais. Eu possuo um carinho muito particular pela Ecofeira e os agricultores que nela comercializam, e esse tempo de apoio na consolidação desse espaço corroborou notavelmente para a minha formação, tendo em vista a possibilidade de aplicação a diferentes ferramentas pedagógicas e de construção coletiva.

2.2.2 Relações Étnico-Racial

Assim que nasci eu fui identificado como uma pessoa parda, inclusive categoria incorporada ao meu Registro de Nascimento, e posteriormente a minha Carteira de Identidade. Contudo, e já em vida adulta, a partir da compreensão de

minha história familiar, contexto social e conscientização política, passei a questionar essa nomenclatura. O que seria ser pardo afinal? E quais implicações sociais e políticas essa classificação representava? Esses questionamentos me acompanharam ao longo da juventude e pelo caminho percorrido no curso técnico e na graduação, muito provocado também, no primeiro ano de curso, pelas aulas de Relações Étnico-Racial, ministradas pelo querido professor Aristeu. E por esse motivo a escolha do referido tema.

As relações étnico-racial referem-se às interações sociais, históricas e políticas estabelecidas entre grupos definidos a partir de categorias de raça e etnia, compreendidas como construções sociais e culturais. No contexto brasileiro, tais relações são marcadas por um passado colonial e escravocrata que estruturou desigualdades profundas e persistentes, refletidas nas condições de vida, no acesso a direitos e nas formas de reconhecimento social de determinados grupos (MUNANGA, 2003).

O conceito de raça, embora biologicamente inconsistente, possui forte impacto social, uma vez que se baseia em características fenotípicas visíveis, como cor da pele, traços faciais e textura do cabelo, às quais são atribuídos valores simbólicos e hierarquizantes. Já a etnia relaciona-se a elementos culturais, históricos e identitários, como língua, religião, costumes e ancestralidade (GUIMARÃES, 2009).

No Brasil o mapeamento étnico racial é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se utiliza do critério da autodeclaração, por meio das categorias branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Entretanto, a forma como as pessoas se autodeclara, nem sempre correspondem a maneira como são percebidas socialmente. A chamada leitura social da raça ocorre a partir de critérios visuais e simbólicos, e influencia diretamente o modo como os indivíduos são tratados no cotidiano (GUIMARÃES, 2009).

Esses tratamentos, muitas vezes discriminatórios, não se restringem a atitudes individuais, mas fazem parte de um sistema mais amplo de desigualdades, caracterizado como racismo estrutural, que se reproduz nas instituições, nas relações de trabalho, na renda, no acesso as universidades, a saúde, a habitação, ao lazer, ou seja, na qualidade de vida dessas pessoas. Um dos exemplos cotidianos desse racismo estrutural evidencia-se pelo fato de a população negra estarem mais expostas

a violência e a exclusão. Nesse sentido, um jovem preto tem mais chances de ser abordado, preso ou morto pela polícia. Observa-se que, além dos impactos materiais, as relações raciais influenciam na construção da identidade individual e coletiva, afetando a autoestima, o sentimento de pertencimento e os processos de afirmação.

De acordo com os dados oficiais divulgados pelo IBGE (2023) pela primeira vez desde 1991 as pessoas que se autodeclararam parda tornou-se majoritária, representando 45,3% (92,1 milhões), em seguida, a população que se declarou branca corresponde a 43,5% (88,2 milhões), enquanto a população que se declarou preta equivale a 10,2% (20,6 milhões), indígenas 0,8% (1,7 milhão) e amarela 0,4% (850 mil).

Na Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), a proporção das pessoas que se declaram pardas foi a maior entre as regiões, chegando a 67,2%, sendo também a região com maior proporção de pessoas que se declaram indígenas (3,1%). A Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) se destaca pela maior participação da população preta (13,0%), e pelo elevado percentual de pessoas que se declaram parda (59,6%).

Na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), a composição étnica racial mostra maior concentração de pardos (52,4%), e presença significativa de brancos (37,0%). A Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) caracteriza-se por uma maior presença de pessoas brancas (49,9%) e a Região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), 72,6% da população se declaram brancas, e 21,7% pardas (IBGE, 2023). O Censo do IBGE 2022 também sinalizou avanços sobre a diversidade indígena no Brasil, sendo identificadas 391 povos (índice que supera os 305 registrados no Censo de 2010), e 295 línguas indígenas faladas por pessoas de 2 anos ou mais (maior que o Censo anterior, que havia constatado 274 línguas).

Dentro desse conceito amplo de racialização, temos a parda. Do ponto de vista histórico e antropológico, é possível afirmar que a população classificada como parda no Brasil possui ascendência negra e/ou indígena. Conforme destaca Ribeiro (1995), o povo brasileiro se constituiu a partir de um processo de miscigenação violenta contra os povos indígenas e africanos, por parte dos europeus. Nesse

sentido, Guimarães (2009) ressalta que, embora o IBGE utilize a autodeclaração como critério de identificação racial, a escolha da categoria pardo reflete processos sociais de estigmatização do pertencimento indígena e da negritude, vinculados aos processos violentos sofridos por esses povos desde a colonização, relacionados as tentativas de apagamento histórico, étnico, religioso, linguístico, ritualístico, usurpação de seus territórios originário, à guisa de um embranquecimento populacional forçado. Assim sendo, a autodeclaração como pardo não pode ser compreendida somente como uma opção individual, mas como o resultado de pressões sociais e violências históricas.

Durante esse caminho percorrido, e após encontrar tia e tio (irmãos de meu pai), e localizar irmão e irmãs de meu avô, descobri muitas outras histórias (relatadas por eles) relacionadas a minha família que me reconectaram a minhas raízes encentrais. Descobri que minha bisavó, Josefa, foi uma pessoa indígena aldeada no Sul da Bahia, contudo sofreu diversas violências que, ao longo do tempo a afastaram do seu povo e território. Um tio-avô se reconheceu e foi reconhecido enquanto indígena Tupinambá, no aldeamento localizado na cidade de Eunápolis, Bahia. Minha mãe se autodeclara uma pessoa indígena, e meu avô, por mais que possui traços fenotípicos bastante marcados, e reconheça essa ligação ancestral umbilical por parte de sua mãe, não consegue assumir essa autodeclaração. Eu sigo esse caminho de meu avô, e mesmo conhecendo a minha história familiar, não consigo assumir uma autodeclaração, e não sei se um dia irei me autoafirmar, mas por enquanto esse reencontro familiar e ancestral me basta.

3 COMEÇO

Construir esse Memorial foi percorrer um caminho de memórias: da minha família, caracterizada pela migração forçada; de minha infância, adolescência e início de juventude, que me impingiram diferentes percepções acerca da vida; do meu território de vida, o Sepé, que contribuiu de forma bastante significativa para muitos dos valores sociais, humanos e políticos que carrego; e de meu pai, meu herói e maior exemplo de caráter, honestidade, escuta e compaixão.

Meu caminho em direção a agroecologia e, posteriormente ao BACEP, me marcaram profundamente, e representam uma verdadeira inundação de sentidos e fluência de aprendizagens que, para além do aspecto profissional, contribuíram para a minha formação humana e me tornaram mais aberto, sensível e disposto em partilhar. Eu consigo me enxergar muito mais fortalecido em relação a quem sou e a quem desejo ser, e isso dentro de uma concepção de que, a construção identitária do ser não corresponde a um ciclo fechado ou acabado, mas perpassa pela convergência de experiências partilhadas no afeto, no amor e na escuta. Desse modo, eu não me construo sozinho, pelo contrário, eu sou muitos que me atravessaram, e eu a eles.

Carrego comigo os meus ancestrais, os meus pais, os meus avós, bisavós, e todas aquelas e aqueles que vieram antes de mim e lutaram para que eu aqui estivesse. Por isso, eu firmo o ponto que irei conduzir essa fagulha de existência de forma a honrar os meus.

Sigo firme no propósito de que estamos nesse mundo para fazermos o melhor que podemos, para que a vida no planeta siga o seu curso, de modo que os ecossistemas vivam em fluência, em harmonia. Para isso me utilizarei das ferramentas da agroecologia e da educação popular, esperando um mundo melhor, onde não haja injustiça, fome ou desigualdades.

Eu me vejo seguindo nesse caminhar de sonhos, como um jovem nascido no Sudeste, mas com fortes raízes nordestinas, ancestrais e camponesas.

Desejo trabalhar no chão dos territórios camponeses, indígenas e quilombolas, como um extensionista-educador, facilitador de processos, mediando acesso a políticas públicas e mercados vinculados a economia solidária e circuitos curtos, com vistas em melhorar a qualidade de vida no campo. Não penso por hora em me distanciar do Nordeste, tenho o desejo de seguir por mais um tempo, estudando, trabalhando e no fortalecimento de minha identidade, e eu sei que nesse caminho eu não ando só, da mesma maneira que não fui o primeiro.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. IBGE: 391 etnias indígenas falam 295 línguas no Brasil. Brasília: Agência Brasil, 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-10/ibge-391-etnias-indigenas-falam-295-linguas-no-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. Rio de Janeiro: Pindorama, 1930.

BRASIL DE FATO. Assentamento Che Guevara em Pernambuco comemora posse da terra, 18 mar. 2017. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/18/assentamento-che-guevara-em-pernambuco-comemora-posse-da-terra/>. Acesso em: 25 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *O que é segurança alimentar e nutricional*. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SESAN>. Acesso em: 25 dez. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Regional Nordeste II. Castainho, em Garanhuns, conquista primeira regularização de território quilombola feita pelo Estado de Pernambuco. 24 out. 2020. Disponível em:

<https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/pernambuco/5413-castainho-em-garanhuns-conquista-primeira-regularizacao-de-territorio-quilombola-feita-pelo-estado-de-pernambuco>. Acesso em: 25 dez. 2025.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: identificação étnico-racial da população por sexo e idade – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. São Paulo: USP, 2003.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio (org.). Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 45–68.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE. Projeto Político Pedagógico do Curso de Agroecologia – versão atualizada fevereiro 2023. Recife, 2023. Disponível em: <https://www.preg.ufrpe.br/sites/www4.depaacademicos.ufrpe.br/files/PPC%20DE%20AGROECOLOGIA%20ATUALIZADO%202023.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2025.